

“Compostura, senhor presidente!”: o governo Bolsonaro e a defesa do jornalismo pelas entidades representativas do campo

“Behave, Mr. President!”: the Bolsonaro
government and how representative organizations
have defended journalistic activity

Gisele Barão da Silva^[*]
gisele.barao@gmail.com

Francisco Paulo Jamil Marques^[*]
marquesjamil@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo é discutir de que modo as entidades representativas da atividade jornalística defendem a atuação de seus profissionais e organizações diante das críticas do presidente Bolsonaro. Por meio de análise de conteúdo quantitativa e qualitativa de 67 notas oficiais emitidas por Abraji, Fenaj, ANJ e ABI entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, identifica-se quais valores tais instituições mobilizam na defesa de seus agentes. O estudo permite tanto reconhecer diferenças e semelhanças nas posturas adotadas por parte de cada entidade quanto investigar de que modo elas atuam politicamente. Os resultados apontam que, comparativamente às demais entidades, Abraji e Fenaj são as que mais enfatizam temas relacionados à segurança dos jornalistas e ao acesso à informação. Já no caso das notas publicadas pela ANJ e ABI, aquelas que corresponsabilizam o presidente por ataques ao jornalismo aparecem com menor frequência. O artigo é relevante por examinar de que modo as entidades representativas sustentam a legitimidade do jornalismo em um contexto de crescente hostilidade à imprensa.

Palavras-chave: jornalismo; organizações jornalísticas; identidade profissional; Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

The article investigates how organizations representing journalistic activity have defended the legitimacy of their professionals and companies from criticisms of President Bolsonaro. By applying quantitative and qualitative content analysis to 67 official statements issued by Abraji, Fenaj, ANJ, and ABI between January 2019 and December 2020, we aim to identify which values such organizations put in action to support their agents. The study allows both to acknowledge the differences and similarities in each organization's positions and investigate how they act politically. We found out that Abraji and Fenaj strongly emphasize journalists' security and access to information. ANJ and ABI highlight the President's corresponsibility for the attacks toward journalism less frequently. The article is relevant for examining how representative organizations build and support journalism's legitimacy in a context of growing hostility against the press.

Keywords: journalism; news organizations; professional identity; Jair Bolsonaro.

^[*] Universidade Federal do Paraná (UFPR). Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba/PR.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir de que modo as entidades representativas da atividade jornalística defendem a atuação de seus profissionais e organizações diante das críticas do presidente brasileiro Jair Bolsonaro. O clima de hostilidade entre líderes políticos que tentam desacreditar a imprensa, de um lado, e instituições representativas dos profissionais e das empresas jornalísticas, de outro, tem encorajado o debate acerca dos eventuais papéis políticos exercidos pela cobertura noticiosa e opinativa (Eriksson e Östman, 2013; Albuquerque, 2021).

De fato, a guinada conservadora verificada no Brasil e em outros países latino-americanos (Kingstone; Power, 2017; Schenoni; Mainwaring, 2018) se reflete no comportamento adversário à imprensa (Carlson, 2016). Diferentes países sul-americanos têm experimentado formas de contestação à cobertura jornalística que vão desde tentativas de converter a imprensa em inimiga da esfera da cidadania (Rincón, 2008) até apelos à violência física (Saldaña e Mourão, 2018; Waisbord e Amado, 2017). Ao tratar do caso do ex-presidente norte-americano Donald Trump, Waisbord (2020) argumenta que as tensões entre autoridades políticas e profissionais da imprensa trouxeram consequências diretas para o trabalho jornalístico (como assédio e ofensas a repórteres), o que passou a exigir respostas das instituições do campo^[1].

No Brasil, dentre os elementos que colaboram para explicar as hostilidades que marcam a relação entre Jair Bolsonaro e o jornalismo está o denominado “inquérito das *fake news*” – que investiga o envolvimento de aliados do presidente na disseminação de informações falsas (Martins, 2020). Ademais, as críticas à maneira como o Poder Executivo enfrenta a pandemia do novo coronavírus também se converteram em foco de desentendimento, dada a resistência do presidente em manter o distanciamento social recomendado pelas autoridades de saúde mesmo em coletivas de imprensa ou eventos oficiais^(Tajra, 2020).

Sabe-se, contudo, que entidades patronais e profissionais representam interesses distintos, o que as leva

a agir (e reagir) de modos diversos a líderes adversos a profissionais ou empresas do ramo noticioso. É fundamental, então, compreender quais valores têm sido acionados em defesa do jornalismo e refletir sobre em que medida tais reações configuram um modo de atuação política por parte das entidades representativas.

Este artigo analisa, por meio de análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, um conjunto de notas oficiais publicadas, ao longo de dois anos (entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020), pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)^[2], Associação Brasileira de Imprensa (ABI)^[3], Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)^[4] e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)^[5]. O manuscrito é relevante por examinar de que modo as entidades representativas defendem a legitimidade do jornalismo em um contexto de crescente hostilidade à imprensa.

O trabalho se encontra dividido em quatro partes, além desta introdução. A revisão de literatura discute as relações entre jornalistas e autoridades representativas, bem como reflete sobre em que medida os valores normativos do jornalismo têm funcionado para a defesa da atividade. A seção metodológica detalha os procedimentos adotados para a realização da análise de conteúdo. Após o tópico de apresentação dos resultados, o artigo discute as descobertas da investigação com base em literatura pertinente e atualizada.

Revisão de literatura

Valores jornalísticos e defesa da atividade

As normas que orientam a configuração do jornalismo moderno foram construídas de modo a reforçar a legitimidade social de tal atividade (Hanitzsch e Vos, 2017; Lewis, 2019). É no discurso que fundamenta a consolidação de um campo social específico que essas normas encontram sua expressão (McQuail, 2013; Mar-

[1] Este artigo toma a ideia de “campo” emprestada do sociólogo Pierre Bourdieu (1998). De acordo com o autor, um “campo social” engloba diferentes tipos de capital e de agentes que se engajam em uma disputa por posições inerentes ao próprio campo (por exemplo, luta por prestígio e influência). O conceito é pertinente ao argumento desenvolvido neste manuscrito visto que as entidades aqui investigadas integram o processo de construção da autonomia da atividade jornalística por meio de suas empresas e profissionais.

[2] Ver: <https://www.anj.org.br/site/> Acesso: 21/06/2021.

[3] Ver: <http://www.abi.org.br/category/primeira-pagina/> Acesso: 21/06/2021.

[4] Ver: <https://fenaj.org.br/notas-oficiais/> Acesso: 21/06/2021.

[5] Ver: https://abraji.org.br/noticias?utf8=%E2%9C%93&filter_selected=abraji-notes Acesso: 21/06/2021.

ques et al., 2014; Lewis, 2019). Assim, a mobilização de determinados valores, além de reforçar a identidade e a retórica da profissão (Zelizer, 1990; Albuquerque, 2008), é também uma postura de natureza política. Esse discurso promove engajamento, oferece motivações, explicações e razões de ser, o que organiza os valores adotados pelos profissionais (Cam e Pereira, 2017).

A busca pela convergência quanto às normas que devem servir de referência aos jornalistas não significa que as práticas sejam necessariamente idênticas em diferentes sociedades (Christofoletti, 2011; Vos e Craft, 2017). De fato, elementos vinculados à cultura profissional, bem como ao contexto organizacional, social, econômico e político (Mellado et al., 2017), influenciam, por exemplo, a forma pela qual as fontes e os jornalistas se relacionam. Enquanto “Japanese reporters wander around the private residences of senior politicians, even helping themselves to drinks from the kitchen refrigerator” (McCargo, 2012, p. 208), as orientações epistemológicas, ideológicas e deontológicas se manifestam de outros modos em países como Chile, Brasil e México.

Ao examinarem esses três países, Mellado, Moreira, Lagos e Hernández (2012) apontam para a existência de diferentes níveis de importância conferidos à função *watchdog*. O grau mais intenso de paralelismo político que caracteriza México e Chile pode explicar a aderência mais intensa dos repórteres a funções fiscalizadoras, enquanto a busca pela neutralidade surge – pelo menos de acordo com os entrevistados – como um dos valores mais importantes no Brasil (Mellado et al., 2012).

Independentemente das variações documentadas a partir do *Worlds of Journalism Survey* (2016), sabe-se que a atividade em questão precisa manter a confiança do público e zelar por sua legitimidade (Kovach e Rosenstiel, 2004; Hanitzsch e Vos, 2018; Clayman, 2002). Zelizer (1993) sustenta que os jornalistas são agentes discursivos na articulação dos papéis que justificam sua importância social – o que se acentua em situações de crise. Carlson (2016) sugere o termo “discurso metajornalístico” para designar o modo como atores internos e externos ao jornalismo competem para elaborar, questionar ou reiterar os limites das práticas profissionais, reforçando a relevância de manifestações públicas voltadas para consolidar a legitimidade da imprensa.

A criação de associações, entidades e sindicatos integra o processo de reconhecimento do jornalismo ao

colaborar na criação de identidades e percepções sobre a própria profissão (Adghirni e Pereira, 2011). Nesse contexto, este artigo se debruça sobre uma forma específica de mobilização de argumentos em defesa da atividade jornalística, a saber, as notas oficiais emitidas por entidades representativas. Tais documentos permitem compreender de que modo se revelam certas convenções comunicativas compartilhadas entre as instituições que representam a atividade jornalística. Em outras palavras, as notas revelam dispositivos estilísticos e narrativos utilizados para manter o *status* das empresas e dos profissionais do campo, conferindo aos jornalistas a oportunidade de autorizar suas versões acerca de eventos e de reiterar sua posição de autoridade (Roxo e Melo, 2018). Eventos extraordinários ou situações de conflito com agentes de outros campos – a exemplo do que tem ocorrido mais recentemente no Brasil – forçam os profissionais a repensarem suas rotinas e papéis (Zelizer, 1990).

Jornalismo e conflito político no Brasil recente

A literatura da área aponta que uma postura mais crítica de profissionais e entidades do Jornalismo em relação ao campo político se revela especialmente em contextos de profundo conflito (Boczkowski e Papacharissi, 2018; Parks, 2020; Waisbord, 2000). De fato, a posse de Jair Bolsonaro como chefe do Poder Executivo, em janeiro de 2019, intensificou as tensões com profissionais da imprensa já verificadas desde quando ele era deputado federal.

De acordo com levantamento Fenaj^[6], Bolsonaro, ao longo de 2019, atacou a imprensa em 121 ocasiões, por meio de posts no *Twitter*, entrevistas, discursos oficiais e entrevistas ou conversas com jornalistas não reproduzidas no site do Palácio do Planalto. Em 2020, a Fenaj listou 175 ações de violência contra a categoria por parte do presidente^[7]. Um levantamento sobre liberdade de imprensa no Brasil divulgado pela Abraji em outubro de 2020, inventariou 102 alertas para discursos estigmatizantes endereçados por autoridades públicas contra profissionais de imprensa – um aumento expressivo em relação a 2019, quando foram 59 sinalizações (Esperidião; Teixeira, 2020).

Bolsonaro também tem se desentendido publicamente com administradores de plataformas de redes sociais, ao criticar medidas do *Facebook* e do *Twitter* voltadas para

[6] Ver: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso: 21/06/2021.

[7] Ver: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso: 21/06/2021.

coibir o compartilhamento de informações falsas (Coletta; Machado, 2021). O *Twitter*, por exemplo, já registrou como “enganosas” publicações do Ministério da Saúde e do próprio presidente sobre o tratamento da covid-19. Em resposta às providências, o mandatário afirmou ser necessário aumentar a tributação das empresas gestoras de redes sociais no Brasil e que “o certo” seria tirar de circulação jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Antagonista*. De acordo com Bolsonaro, “falamos tanto da liberdade de expressão para eles em grande parte mentir com matérias” (Coletta; Machado, 2021).

Diante de tais hostilidades, as entidades representativas de profissionais e organizações do jornalismo têm se mobilizado. Por exemplo, em junho de 2020, a Fenaj, a Repórteres sem Fronteiras e a Artigo 19 formalizaram uma ação contra a omissão do Governo Federal em garantir a segurança dos repórteres^[8]. Além disso, as mais importantes entidades do campo do jornalismo no Brasil têm se mostrado ativas ao repudiar, por meio de notas oficiais, as atitudes do presidente Bolsonaro. Tais textos, além de repercutirem no debate público (Costa; Amorim; Temóteo, 2020), permitem compreender argumentos e valores mobilizados em defesa da atividade.

Entidades representativas do jornalismo no caso brasileiro

Uma vez que este artigo analisa de que modo quatro entidades representativas da atividade jornalística – Abraji, Fenaj, ANJ e ABI – se posicionam quanto às críticas do presidente Jair Bolsonaro aos agentes do campo, um breve perfil de cada instituição é necessário.

A organização mais antiga sob exame neste manuscrito é a ABI, idealizada por Gustavo de Lacerda, em 1908. Segundo Lacerda, a Associação deveria ser um campo neutro dedicado a abrigar todos os trabalhadores da imprensa (Moreira e Silva, 2016). De acordo com o estatuto da ABI, dentre seus principais objetivos estão a defesa dos direitos humanos e da liberdade de informação e expressão. Para isso, compromete-se a mobilizar os profissionais de comunicação na defesa de suas agendas^[9].

A criação da ANJ em 1979 revelou o quão complexo se tornava o campo do jornalismo no Brasil à

época, dada a maior profissionalização dos repórteres e da indústria de produção de informações. Na condição de entidade representativa das empresas jornalísticas, a referida Associação não se debruçava sobre a defesa estrita dos profissionais – mas, sim, das próprias organizações. Em seu estatuto, a ANJ afirma defender a liberdade de imprensa e valorizar o jornal enquanto elemento integrante da construção da cidadania.

Já Fenaj e Abraji enfatizam o exercício profissional dos jornalistas. A Fenaj, criada em 1946, congrega 31 sindicatos e destaca, em seu estatuto, que busca representar os jornalistas na defesa dos seus interesses profissionais e zelar pela liberdade de expressão. Do ponto de vista histórico, a entidade se mobilizou na defesa dos jornalistas durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e participou de debates em favor da regulamentação da profissão.

A Abraji existe desde 2002 e tem como foco o desenvolvimento profissional dos jornalistas, oferecendo treinamentos relacionados a técnicas de reportagem investigativa, defendendo a maior transparência das informações públicas e incentivando projetos contra a censura. Mais recentemente, a Abraji se destacou no processo de aprovação da Lei de Acesso a Informações (LAI), em 2011, e na elaboração de guias que orientam a cobertura de profissionais em protestos^[10].

A criação de entidades representativas de organizações e profissionais do jornalismo sugere o amadurecimento dos agentes vinculados à atividade (Roxo, 2007; Moreira, 2016). Percebe-se, entretanto, que a esfera dos representantes descritos acima não é homogênea – o que implica modos singulares de defender o jornalismo (ou seus profissionais) e, assim, construir sua legitimidade. Isto é, não necessariamente há consenso quando estão em pauta temas a exemplo da regulamentação da profissão (Roxo, 2007). Diante das ponderações acima, este trabalho propõe duas questões de pesquisa:

QP1: Que valores e argumentos ligados à atividade jornalística tais entidades destacam em suas notas oficiais?

QP2: De que modo entidades profissionais e empresariais se diferenciam ao apresentarem os referidos valores e argumentos em defesa do jornalismo?

[8] Ver: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/06/ACP-Profissionais-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-29.06.pdf> Acesso: 21/06/2021.

[9] Ver: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/estatuto-abi/> Acesso: 21/06/2021.

[10] Ver: <https://abraji.org.br/institucional/#sobre-a-abraji> Acesso: 21/06/2021.

Estratégias metodológicas

Os dados apresentados neste artigo são oriundos de uma análise do conteúdo das notas oficiais publicadas entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 nos sites da Abraji, Fenaj, ANJ e ABI. O recorte temporal se justifica por endereçar um período conturbado na relação entre governo e imprensa, ilustrado pela pandemia de coronavírus, pela abertura de um inquérito no STF para apurar as ações de apoiadores de Bolsonaro em redes sociais e por desavenças entre Executivo e Legislativo no âmbito federal.

A coleta do *corpus* se deu por meio de busca manual das palavras-chave “Bolsonaro” e “Presidente da República” nas notas oficiais das quatro organizações. Cartas abertas, declarações públicas de presidentes das entidades ou notícias que apenas repercutiram notas oficiais foram desconsideradas do estudo. A fim de garantir maior precisão, optou-se por não considerar textos em que o presidente é citado apenas para efeitos de contextualização – isto é, que não se referem a respostas ou posicionamentos sobre ataques à imprensa feitos por ele ou que o responsabilizem. Após leitura atenta de cada peça, restaram 67 notas oficiais para análise: 21 da Abraji, 19 da Fenaj, cinco da ANJ e 22 da ABI. Para oferecer maior transparência metodológica, a planilha com data de publicação, título e link de cada nota está disponível para consulta^[11].

Argumenta-se que (a) examinar a frequência de publicação de tais textos, (b) compreender os tipos de ataque mais mencionados em notas oficiais e (c) mapear os valores e argumentos apresentados em defesa do jornalismo permite responder às questões de investigação acima propostas.

O processo de leitura prévia das notas e um exame documental dos estatutos de cada entidade, aliados à revisão literária dedicada a reconhecer os valores e princípios da atividade jornalística, permitiram aos autores deste estudo propor cinco categorias comumente mencionadas na defesa da legitimidade do jornalismo (Quadro 1). Tais categorias reúnem os parâmetros utilizados para classificar cada nota oficial, devendo-se destacar que uma mesma nota pode englobar mais de um dos argumentos mencionados no Quadro 1.

É verdade que existe semelhança de sentido no que concerne alguns dos rótulos mencionados no Quadro 1. “Liberdade de imprensa e de expressão”, por exemplo, estão associadas à própria noção de “Democracia”. Contudo, uma eventual fusão entre esses elementos não permitiria com-

preender manifestações das entidades em que a liberdade de imprensa se mostra algo mais diretamente vinculado à rotina da produção jornalística e ao discurso de legitimação da atividade, enquanto as menções à democracia se atêm a um julgamento político de ordem mais ampla (o que ocorre, por exemplo, quando uma organização dentre aquelas aqui examinadas alega que a relação entre os poderes da República está comprometida) ou situam, em seu argumento, a liberdade de imprensa como uma das condições fundamentais para o exercício da democracia.

Com a intenção de aprofundar a investigação empírica, as variáveis que integram o Quadro 2 foram propostas com a intenção de compreender, especificamente, de que modo as quatro entidades examinadas identificam a participação de Jair Bolsonaro nas críticas à atividade jornalística.

Em outras palavras, tais situações permitem captar, de forma mais precisa, os conflitos entre as entidades e o presidente da República, diferenciando-se ocasiões em que Bolsonaro intimidou ou expôs jornalistas daquelas em que ele não teria atuado diretamente para prejudicar a cobertura.

Resultados

Frequência das publicações

Do ponto de vista quantitativo, é importante destacar as diferenças na frequência de publicação das notas oficiais. O Gráfico 1 aponta 25 notas veiculadas em todo o ano de 2019; já em 2020, foram publicadas 42. Destaque-se que Abraji, Fenaj e ABI produziram quantidades relativamente semelhantes de notas no período, enquanto a ANJ mencionou o presidente Bolsonaro com menor frequência. Vale ressaltar que tal quantidade se refere apenas às notas enquadradas nos critérios desta pesquisa. Ou seja, há casos em que os ataques do presidente ou de seus apoiadores contra jornalistas não resultaram em publicação de notas oficiais. Houve casos, inclusive, registrados em relatórios de violência contra jornalistas da Fenaj mas que, por alguma razão, não foram objeto de notas publicadas no site da entidade.

A intensificação das desavenças entre repórteres e autoridades do campo político em 2020 – motivada, dentre outros fatores, pela resposta errática do governo à pandemia de Covid-19 – ajuda a explicar o aumento na

[11] Ver: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1WIOVWrN2quwREmrWotVsIIWmmaZEX6Za6dNsGynRR1k/edit?usp=sharing>.

Argumento legitimador	Descrição
Liberdade de imprensa e expressão	A nota argumenta que os ataques representam ameaça, hostilidade, restrição ou desrespeito à liberdade de imprensa e expressão. As críticas prejudicam o exercício do jornalismo e criam obstáculos às práticas profissionais.
Democracia	As críticas comprometem a democracia e ameaçam a sociedade e as instituições de forma geral.
Desinformação e deslegitimação	O presidente não tem compromisso com a veracidade dos fatos, promove desinformação e utiliza informações falsas para deslegitimar ou desqualificar o trabalho de agentes do jornalismo.
Segurança do jornalista	A nota sustenta que o ataque proferido coloca os jornalistas em risco, ressaltando ameaças (inclusive físicas) aos profissionais.
Prestação de contas, vigilância do poder e interesse público	O texto sustenta que a imprensa colabora com a prestação de contas ao questionar o presidente, alegando que os ataques buscam dificultar a fiscalização das autoridades e prejudicar o direito à informação.

Quadro 1. Argumentos e valores mobilizados em reação às críticas de Bolsonaro.

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Participação de Bolsonaro	Descrição
Ação direta	A nota repudia declarações públicas do próprio presidente (seja em redes sociais, entrevistas ou pronunciamentos oficiais) contra a imprensa.
Ação indireta	O texto se opõe a atos, decretos e demais medidas do presidente que prejudicam o interesse público ou constroem o trabalho da imprensa.
Corresponsabilidade	A manifestação se refere a ataques perpetrados por apoiadores do presidente (militantes, filhos e outros indivíduos ou instituições, com ou sem cargo no governo). As notas sustentam que Bolsonaro é corresponsável pelas críticas ou agressões, seja ao provocar, incitar ou não inibir a postura adversária.

Quadro 2. Participação do presidente Bolsonaro nas críticas, conforme as notas oficiais.

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

quantidade de notas. Ao se referirem a este assunto, as entidades representativas do campo jornalístico criticam a omissão de estatísticas relativas à pandemia e o não-cumprimento, por parte de Bolsonaro, do distanciamento social em conversas com a imprensa. Em maio de 2020 – quando foram registradas nove manifestações, se somadas as quatro entidades –, houve repúdio a uma agressão verbal por parte do mandatário. Na situação, Bolsonaro disse aos presentes para “calarem a boca”, referindo-se diretamente à *Folha de S. Paulo* (Coletta, 2020).

Enquanto algumas notas oficiais detalham a situação que gerou a crítica ou a agressão (especificando datas, nomes, circunstâncias e local), outras relatam a ocorrência e o posicionamento da entidade apenas brevemente. Porém, uma característica geral dos textos que integram o *corpus* desta investigação é ressaltar como atitudes refratárias à imprensa ameaçam o trabalho jornalístico. Na nota intitulada “Compostura, senhor presidente!”, de 4 de março de 2020, a ABI sustenta que o “comportamento inaceitável do presidente com a imprensa vem se repetindo... [...] [Bolsonaro] Demonstra pouco apreço à democracia e à liberdade de expressão” (Associação Brasileira de Imprensa, 2020a).

Argumentos utilizados nas notas oficiais

A Tabela 1 indica a distribuição da quantidade de notas oficiais que cada entidade publicou e em que houve menção a pelo menos um dos argumentos listados no Quadro 1 (lembrando-se que é possível que determinadas notas tragam mais de um argumento simultaneamente^[12]).

Verifica-se que os argumentos relacionados à liberdade de imprensa e expressão são os mais presentes nas notas da Abraji (16 textos) e ABI (13). No caso da Fenaj, os argumentos ligados à democracia lideram (14), enquanto liberdade de imprensa e expressão estão em segundo lugar, com 12 menções. A ANJ, por outro lado, prioriza os riscos que os ataques de agentes públicos impõem à prestação de contas e vigilância do poder (5). Assim, com exceção da entidade que congrega as empresas jornalísticas, as demais organizações costumam valorizar o princípio da liberdade de imprensa em suas manifestações públicas.

Logo em seguida, as notas oficiais de Abraji e ABI sublinham a defesa da ideia de democracia. De

maneira geral, esses textos qualificam o comportamento de presidente e de seus apoiadores como antidemocráticos e, eventualmente, também sustentam que não existe liberdade de imprensa sem democracia.

A terceira categoria mais presente nas notas envolve prestação de contas, vigilância do poder e interesse público. Esses materiais criticam tentativas de omitir dados públicos e reforçam a importância do trabalho dos jornalistas para levar informação à população. A nota “Mudança na Lei de Acesso à Informação pode significar seu fim”, publicada pela Fenaj em 24 de janeiro de 2019, é um exemplo: “Ao alterar a Lei para autorizar que servidores públicos [...] possam classificar dados do governo federal como informações ultrassecretas e/ou secretas, o governo Bolsonaro joga por terra o princípio da transparência” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2019). A ABI, por sua vez, posiciona-se, em nota publicada em 05 de junho de 2020, a respeito da omissão de estatísticas concernentes à pandemia:

A transparência de informações é instrumento poderoso no processo de combate à pandemia e um direito básico do cidadão garantido pela Constituição. A ABI repudia mais um ato irresponsável do presidente da República e exige, em defesa da vida, a divulgação das estatísticas oficiais em tempo hábil, e com sentido de urgência (Associação Brasileira de Imprensa, 2020b).

As menções à segurança dos jornalistas aparecem como quarto tipo de conteúdo mais frequente considerando a soma das notas de todas as entidades. Enquanto a ANJ não toca no assunto em suas notas, a Fenaj é a entidade que mais recorrentemente trata da questão. Ainda assim, é preciso observar que o tema da segurança é somente o terceiro aspecto mais recorrente nas notas da Fenaj (atingindo oito menções, empatado com “prestação de contas”). Em 25 de maio de 2020, apoiadores do presidente agrediram verbalmente jornalistas no Palácio da Alvorada e na Esplanada dos Ministérios, o que levou a Federação a responsabilizar indiretamente Bolsonaro pela hostilidade e a recomendar às empresas jornalísticas que revisem as rotinas a que submetem os profissionais.

Consideramos que a escalada de violência está diretamente relacionada com a postura adotada

[12] Um exemplo é a nota da Abraji de 1º de março de 2019, que mobiliza dois argumentos: a democracia, de um lado, e a liberdade de imprensa e expressão, de outro. Ver: <https://abraji.org.br/abraji-e-oab-repudiam-ataque-publico-de-bolsonaro-a-imprensa>. Acesso: 21/10 2020.

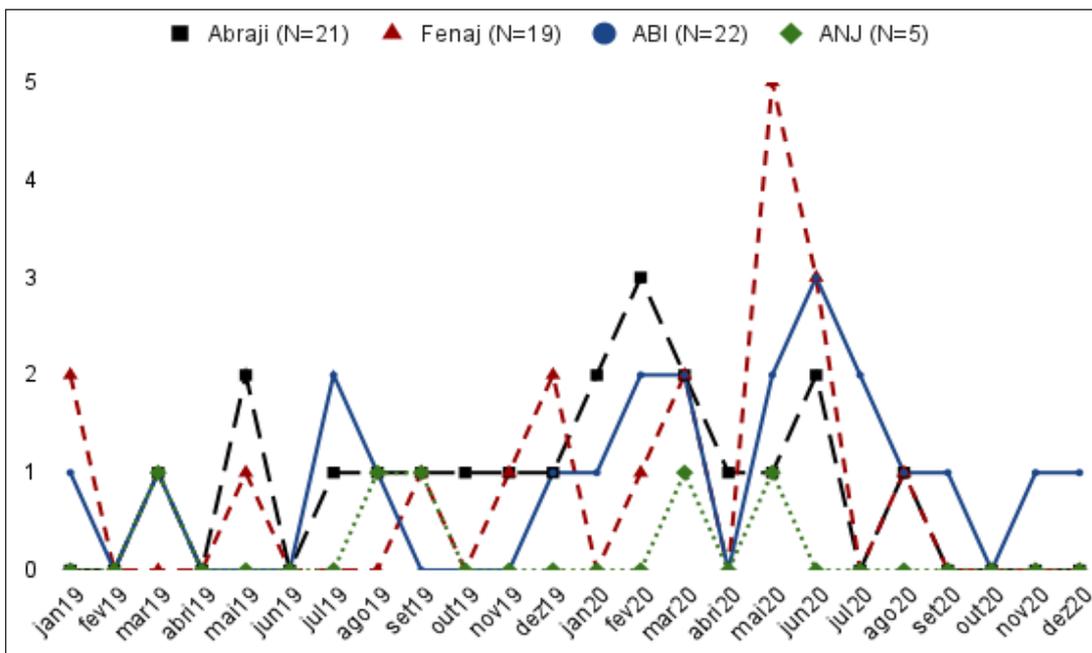


Gráfico 1. Frequência de publicação de notas oficiais.

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Argumento/valor	Abraji (N)	Fenaj (N)	ANJ (N)	ABI (N)	Total
Liberdade de imprensa e expressão	16	12	2	13	43
Democracia	15	14	2	11	42
Desinformação e deslegitimação	7	4	1	3	15
Segurança do jornalista	7	8	0	2	17
Prestação de contas, vigilância do poder e interesse público	11	8	5	5	29

Tabela 1. Quantidades de notas que acionaram os argumentos listados no Quadro 1.

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

pelo presidente contra a imprensa e, por isso, reivindicamos que as empresas de comunicação tomem medidas urgentes. Tanto no sentido de garantir a segurança dos jornalistas, quanto de tomar as medidas jurídicas cabíveis (Federação Nacional dos Jornalistas, 2020).

Ainda no que concerne à segurança, as entidades que agregam os profissionais criticaram o Decreto Presidencial nº 9.785/2019 (posteriormente revogado pelo Decreto nº 9.847) cuja intenção era alterar o Estatuto do Desarmamento e facilitar o porte de armas para jornalistas (Exame, 2019).

Observe-se que, de forma geral, questões relativas à desinformação e deslegitimação não estão entre aquelas mais recorrentes nas notas das quatro entidades. A Abraji é a única que se destaca nesse quesito, com sete menções. No caso da ANJ, este argumento é acionado em apenas uma nota. Já a Fenaj não considera tal tema dentre os prioritários em suas manifestações, e faz apenas quatro menções.

Em resumo, os resultados apontam a existência de certa sintonia argumentativa entre Fenaj e Abraji no que diz respeito aos temas prioritários que as instituições abordam. A ABI também mostra alguma semelhança quanto à recorrência dos argumentos priorizados por Fenaj e Abraji, mas se diferencia por conferir pouco valor à questão da segurança dos jornalistas (que recebeu apenas duas menções). A ANJ, por outro lado, sequer menciona o problema – o que sugere uma postura nitidamente distinta em relação às críticas feitas à imprensa, conforme será discutido mais adiante.

O papel de Bolsonaro nas notas oficiais

De modo geral, as notas consideram Bolsonaro o principal responsável pelas críticas endereçadas

a jornalistas e organizações do campo (Tabela 2). Do total, 29 notas atribuem os ataques diretamente ao mandatário. Outros 24 textos sugerem corresponsabilidade do presidente por estimular (ou não coibir) ataques à imprensa perpetrados por seus aliados. Por fim, 14 notas associam Bolsonaro a uma participação indireta em ações que dificultam o trabalho da imprensa – por meio de alterações na legislação, por exemplo.

Ao analisar cada organização separadamente, verifica-se que as entidades atribuem papéis distintos ao presidente. A maioria das manifestações de Abraji (11 notas), ABI (10) e ANJ (três) atribuem a Bolsonaro ataques diretos ao jornalismo, seja em pronunciamentos oficiais (como na vez em que acusou a imprensa de “histeria”) (Veja, 2020), seja em críticas diretas a profissionais (quando acusou uma repórter de tentar “arruinar” o seu governo) (O Estado de S. Paulo, 2019). A título de ilustração, em 24 de março de 2020 – época em que a pandemia já impunha diversas restrições à vida coletiva –, a Abraji se manifestou da seguinte forma: “Bolsonaro usou os cinco minutos de pronunciamento para espalhar desinformação sobre a covid-19, destilar ironias à mídia e desconstruir as orientações do corpo técnico de seu próprio Ministério da Saúde” (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2020a).

A Fenaj, ao contrário das três outras entidades, destaca, na maioria de suas notas (nove textos), o papel de Bolsonaro como corresponsável pelos ataques. O ataque de Eduardo Bolsonaro – deputado federal e filho do presidente – a Patrícia Campos Mello provocou reação da entidade, em texto assinado em conjunto com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP). “A FENAJ e o SJSP repudiam as condutas do depoente e do parlamentar, entendendo que contribuem para a perseguição a jornalistas e descredibilização da profissão, reflexos dos ataques deliberados e estimulados pelo governo” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2020).

Categoria	Abraji (N)	Fenaj (N)	ANJ (N)	ABI (N)	Total
Ação direta	11	5	3	10	29
Ação indireta	2	5	2	5	14
Corresponsabilidade	8	9	0	7	24

Tabela 2. Envolvimento do presidente Jair Bolsonaro nas críticas, de acordo com as notas.

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Já no caso de oito notas oficiais da Abraji, Bolsonaro é qualificado como corresponsável por ações intimidatórias ou que resultaram em restrição ao trabalho dos profissionais. Quanto a essa categoria, o texto sobre a exposição de dados da jornalista Vera Magalhães, publicado pela entidade em 26 de fevereiro de 2020, sugere a função do presidente enquanto agente mobilizador: “Ao desprezar o trabalho da imprensa, ele [Bolsonaro] incita seus apoiadores a atacar jornalistas nas redes sociais, em clara campanha de linchamento virtual” (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2020b). A “corresponsabilização” também envolveu notas que criticavam a conduta de Eduardo Bolsonaro. Em 11 de fevereiro de 2020, a Abraji publicou repudiou falsas acusações do parlamentar contra uma jornalista:

É assustador que um agente público use seu canal de comunicação [Twitter] para atacar jornalistas cujas reportagens trazem informações que o desagradam, sobretudo apelando ao machismo e à misoginia. Além disso, esta é mais uma ocasião em que integrantes da família Bolsonaro [...] tentam desacreditar o trabalho da imprensa (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2020).

No que diz respeito à ANJ, três notas apontam Bolsonaro como responsável direto pelos ataques, enquanto duas indicam participação do presidente em ações indiretas. Ou seja, a entidade se manifesta, nitidamente, de forma menos frequente que seus pares, evitando associar Bolsonaro às hostilidades. A nota de 11 de março de 2019, assinada com a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) em defesa da jornalista Constança Rezende (*O Estado de S. Paulo*), exemplifica a situação mencionada.

Os ataques à repórter têm o objetivo de desqualificar o trabalho jornalístico, fundamental para os cidadãos e para a própria democracia. ABERT, ANER e ANJ assinalam que a tentativa de produzir na imprensa a imagem de inimiga ignora o papel do jornalismo independente de acompanhar e fiscalizar os atos das autoridades públicas. (Associação Nacional de Jornais, 2019a).

Outra manifestação da ANJ categorizada como “ação indireta” foi publicada em 9 de agosto de 2019. Na ocasião, a entidade que congrega parte das organizações do ramo se opunha à Medida Provisória 892/2019, que dispensava a publicação de balanços de grandes empresas nos jornais.

Ou seja, a ANJ se manifesta de forma mais enérgica ao vislumbrar prejuízos comerciais. Já no dia 9 de setembro de 2019, a entidade manifestou-se uma vez mais – desta vez, contra a MP 896/2019, que extinguiu a obrigatoriedade da publicação de editais em jornais impressos (Ribeiro, 2019): “A ANJ [...] confia que o Congresso não endossará mais esse ato que busca fragilizar a atividade jornalística, atingindo especialmente pequenos e médios jornais no interior do país” (Associação Nacional de Jornais, 2019b).

No caso da ABI, a maioria das notas (10) responsabiliza diretamente o presidente pelas críticas à imprensa. Em seguida, vêm as manifestações que corresponsabilizam o presidente pelos ataques (sete notas). Outras cinco notas desta entidade fazem menção a ações indiretas. Um dos textos da ABI a corresponsabilizar o presidente trata do jornalista Glenn Greenwald. Em 13 de julho de 2019, durante a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), o profissional foi hostilizado por manifestantes^(Torres, 2019), o que fez a entidade em questão publicar nota com o seguinte teor: “[...] caso ocorra qualquer atentado à integridade física de Glenn Greenwald e sua família, a ABI irá responsabilizar pessoalmente o Presidente da República e o ministro da Justiça” (Associação Brasileira de Imprensa, 2019).

Discussão dos resultados e conclusões

O objetivo deste trabalho foi investigar de que modo as entidades representativas da atividade jornalística têm defendido a atuação de seus profissionais e organizações diante das críticas do presidente Jair Bolsonaro. É preciso esclarecer que as relações de proximidade ou de tensão entre imprensa e autoridades faz parte do jogo político – sendo, inclusive, um dos focos da discussão sobre sistemas de mídia, paralelismo e instrumentalização (Hallin e Mancini 2004; Guerrero 2014). Além disso, as críticas às práticas profissionais são recorrentes (e até saudáveis em determinadas circunstâncias) em qualquer regime democrático. O problema, entretanto, é quando as ressalvas visam minar a própria credibilidade e sobrevivência da atividade jornalística, utilizando-se, para isso, de expedientes a exemplo da perseguição a profissionais.

De fato, ao descreverem o jornalismo latino-americano, Rosas-Moreno e Joyce (2019), assim como Barrios e Miller (2020), ressaltam que a região se caracteriza como uma das mais preocupantes do mundo em termos de violência contra jornalistas. Nesse sentido, as entidades representativas têm buscado fortalecer a profissão e lutar contra eventuais restrições à liberdade de expressão.

Os resultados deste estudo indicam que a defesa do jornalismo por parte de Abraji, Fenaje ABI associa a liberdade de imprensa e de expressão à própria noção de democracia. De modo geral, o tom das notas oficiais emitidas pelas instituições examinadas sugere que Bolsonaro está equivocado ao atacar profissionais e empresas do ramo. As reações, contudo, variam no que concerne ao tom e à frequência: enquanto algumas organizações se mostram tímidas e rebatem as críticas apenas de forma pontual (nomeadamente a ANJ), outras realizam levantamentos sistemáticos com o intuito de denunciar os ataques (é o caso da Fenaj).

Isto é, a própria diferença na quantidade das notas publicadas ao longo dos dois anos analisados demonstra que a ANJ – provavelmente por atuar como representante das empresas jornalísticas – evitou confronto com o Governo Federal e, ademais, não se posicionou no que diz respeito à segurança dos profissionais. De certa forma, essa distinção na abordagem das entidades conforme sua natureza e alinhamento temático mostra a influência de variáveis mercadológicas, identitárias e organizacionais no discurso das entidades.

Dito de outra forma, os posicionamentos expressos por parte de cada organização revelam o modo fluido pelo qual elas enxergam os papéis jornalísticos. Mais do que isso, se alinham ao entendimento amplo desses papéis como construções discursivas que ajudam a formular a identidade do jornalismo e situar sua posição na sociedade. Sinalizam, assim, quais os parâmetros desejáveis em determinado contexto político e institucional – e que, neste caso, estão em contestação (o que faz parte do processo de construção dessa autoridade discursiva) e em evidente relação com o campo político. (Hanitzsch e Vos, 2018).

As entidades que representam mais diretamente os jornalistas têm aproveitado as divergências para ressignificar a atividade que desempenham. Ou seja, buscam confirmar sua importância ideológica por meio do discurso sobre a própria atividade em momentos críticos (Zelizer, 1993). Os resultados também sinalizam as formas como os jornalistas constroem significados acerca de seu próprio trabalho. Neveu (2006), nesse sentido, aponta o caráter plural das compreensões que os agentes do campo têm acerca da atividade jornalística, havendo variação discursiva entre as entidades mais ligadas à atividade profissional cotidiana, de um lado, e organizações empresariais, de outro.

A utilização do argumento relativo à desinformação e deslegitimação se mostrou pouco frequente, não obstante a relação direta de tais tópicos com a construção da autoridade jornalística (Zelizer, 1990; Carlson, 2016). Ao acusar a imprensa de mentir, ou mesmo ao difamar profissionais, o presidente Bolsonaro busca minar a credibilidade do jornalismo como ati-

vidade socialmente designada para relatar fatos. Porém, curiosamente, tal ponto não se encontra entre os mais relevantes no posicionamento das organizações aqui investigadas.

No caso da Fenaj, a predominância de notas em que Bolsonaro não é diretamente responsável pelo ataque (mas, sim, corresponsável) provavelmente se deve ao fato de que, como a Federação está vinculada a sindicatos de todo o Brasil, ela prioritariamente recebe e acompanha informações de ataques contra jornalistas por meio de seus entes estaduais. Tal fenômeno amplia o potencial para que a instituição se refira a atores locais em parte de suas manifestações.

Ademais, é relevante notar que, na maior parte das vezes, as entidades não somente reconhecem e combatem narrativas hostis, mas, também, posicionam-se contrariamente a medidas que enfraquecem o próprio jornalismo do ponto de vista estrutural. É o caso da tentativa do Governo Bolsonaro de eliminar a necessidade do registro profissional de jornalistas. É preciso reconhecer, dessa forma, que as tensões aqui examinadas também se relacionam às condições legais e políticas específicas do modo como a profissão é exercida no cenário brasileiro.

Waisbord (2020) oferece uma reflexão atualizada e pertinente sobre as críticas que líderes populistas e seus apoiadores vêm fazendo aos agentes do campo noticioso. Ao argumentar que o assédio online a jornalistas – sobretudo a profissionais mulheres – se tornou uma preocupação global, o autor questiona em que medida os ataques coordenados em redes sociais podem desestimular as empresas a cobrirem determinados temas por receio de ameaças. O fato é que as instituições que representam empresas e profissionais precisam combater o problema de modo a ir além da publicação de notas de repúdio. Ou seja, faz-se necessária uma ação mais enérgica e que traga efeitos práticos, como a busca pela aprovação de dispositivos legais que sejam efetivamente capazes de constranger aqueles que adotam uma conduta agressiva (Waisbord, 2020).

Sugere-se que pesquisas futuras considerem dimensões adicionais vinculadas à construção da identidade profissional e da defesa dos princípios do jornalismo. Um recorte de pesquisa com foco nas dimensões de gênero latentes em muitos desses ataques à imprensa também pode contribuir para a compreensão de vieses específicos das relações entre campo político e o jornalismo brasileiro. É fundamental investigar por meio de técnicas de entrevistas em profundidade, por exemplo, de que maneira um ambiente de hostilidade intensa altera as rotinas de produção. Tais providências permitiriam à área de estudos compreender, mais adequadamente, as transformações pelas quais cultura e prática profissional vêm passando.

Referências

- ADGHIRNI, Z.; PEREIRA, F. 2011. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intertexto*, 1(24): 38-57.
- ALBUQUERQUE, A. 2008. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *ECO-Pós*, 11(2): 95-116.
- ALBUQUERQUE, A. 2021. The two sources of the illiberal turn in Brazil. *The Brown Journal of World Affairs*, v. 27, p. 127-144.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. [2020b]. ABI denuncia omissão de dados sobre Covid-19. Disponível em: <http://www.abi.org.br/abi-denuncia-omissao-de-dados-sobre-covid-19/>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. 2019. ABI repudia agressão a Glenn Greenwald. Disponível em: <http://www.abi.org.br/abi-repudia-agressao-a-greenwald>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. [2020a]. Compostura, senhor presidente! Disponível em: <http://www.abi.org.br/compostura-senhor-presidente-exige-abi/>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. 2010. Estatuto da Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/estatuto-abi/>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. [2020b]. Abraji condena perfil falso e exposição de dados pessoais de Vera Magalhães em redes sociais. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-condena-perfil-falso-e-exposicao-de-dados-pessoais-de-vera-magalhaes-em-redes-sociais>. Acesso: 07/02/2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. 2019. Abraji e OAB repudiam ataque público de Bolsonaro à imprensa. Disponível em: <https://abraji.org.br/abraji-e-oab-repudiam-ataque-publico-de-bolsonaro-a-imprensa>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. [2020a]. Bolsonaro espalha desinformação e prejudica a sociedade ao atacar jornalismo em meio à pandemia. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/bolsonaro-espalha-desinformacao-e-prejudica-a-sociedade-ao-atacar-jornalismo-em-meio-a-pandemia>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. [2019a]. Nota à Imprensa. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/component/k2/97-midia-nacional/17250-nota-conjunta-abert-anj-e-aner.html>. Acesso: 21/10/2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. [2019b]. Nota à Imprensa - MP 896. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/component/k2/73-jornal-anj-online/22360-nota-a-imprensa-mp-896.html>. Acesso: 21/10/2020.
- BARRIOS, M. M.; MILLER, T. 2020. Voices of resilience: Colombian journalists and Self-Censorship in the Post-Conflict period. *Journalism Practice*, 1-18.
- BOCZKOWSKI, P.; PAPACHARISSI, Z. (Eds.). 2018. *Trump and the media*. 1ed., Cambridge, MIT Press, 272 p.
- BOURDIEU, P. 1998. O poder simbólico Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 313 p.
- CAM, F.; PEREIRA, F. 2017. A comparação da identidade dos jornalistas online em suas relações com os públicos no Brasil e na França. *OBS**, 11(1):60-82.
- CARLSON, M. 2016. Metajournalistic discourse and the meanings of journalism: Definitional control, boundary work, and legitimation. *Communication Theory*, 26(4):349-368.
- CHRISTOFOLETTI, R. 2011. O caso do Brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. *Cuadernos de Información*, (29):25-34.
- CLAYMAN, S. 2002. Tribune of the People: Maintaining the Legitimacy of Aggressive Journalism. *Media, Culture & Society*, 24(2):197-216.
- COLETTA, R. 2020. Bolsonaro manda repórteres calarem a boca, ataca a Folha e nega interferência na PF. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-manda-reporteres-calarem-a-boca-ataca-a-folha-e-nega-interferencia-na-pf.shtml>. Acesso: 12/01/2021.
- COLETTA, R.; MACHADO, R. 2021. Bolsonaro critica Facebook, fala em tributar redes sociais e diz que ‘o certo’ é tirar jornais de circulação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/bolsonaro-critica-facebook-fala-em-tributar-redes-sociais-e-diz-que-o-certo-e-tirar-jornais-de-circulacao.shtml>. Acesso: 21/02/2021.**
- COSTA, F.; AMORIM, F.; TEMÓTEO, A. 2020. ‘Falta de compostura’: entidades jornalísticas criticam ameaça de Bolsonaro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/23/bolsonaro-intimidacao-jornalista-pronunciamento-entidades-jornalisticas.htm>. Acesso: 21/02/2021.
- ERIKSSON, G.; ÖSTMAN, J. 2013. Cooperative or Adversarial? Journalists’ Enactment of the Watchdog Function in Political News Production. *The International Journal of Press/Politics*, 18(3):304-324.

- ESPERIDIÃO, M.; TEIXEIRA, P. 2020. Levantamentos da Abraji e de outras organizações confirmam deterioração da liberdade de imprensa no país. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/levantamentos-da-abraji-e-de-outras-organizacoes-confirmam-deterioracao-da-liberdade-de-imprensa-no-pais>. Acesso: 21/02/2021.
- EXAME. 2019. Decreto de armas facilita porte a jornalistas, caminhoneiros e advogados. Disponível em: <https://exame.com/brasil/decreto-de-armas-facilita-porte-a-jornalistas-caminhoneiros-e-advogados/>. Acesso: 12/01/2021.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. 2014. Estatuto da Fenaj. Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/10/estatuto_fenaj.pdf. Acesso: 21/10/2020
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. 2020. Nota de repúdio a novos ataques de apoiadores de Bolsonaro contra jornalistas. Disponível em: <https://fenaj.org.br/nota-de-repudio-a-novos-ataques-de-apoiadores-de-bolsonaro-contra-jornalistas/>. Acesso: 21/10/2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. 2020. Nota oficial: FENAJ e SJSP se solidarizam com jornalista Patrícia Campos Mello e repudiam mentiras e ofensas em CPMI das Fake News. Disponível em: <https://fenaj.org.br/nota-oficial-fenaj-se-solidariza-com-jornalista-patricia-campos-mello-e-repudia-mentiras-e-ofensas-em-cpmi-das-fake-news/>. Acesso: 21/10/2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. 2019. Mudança na Lei de Acesso à Informação pode significar seu fim. Disponível em: <https://fenaj.org.br/mudanca-na-lei-de-acesso-a-informacao-pode-significar-seu-fim/>. Acesso: 21/10/2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. 2020. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2019. Acesso: 21/06/2021
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. 2021. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2020. Acesso: 21/06/2021.
- GUERRERO, M. 2014. The ‘Captured Liberal’ Model of Media Systems in Latin America. In Media systems and communication policies in Latin America, edited by Manuel Guerrero and Mireya Márquez-Ramírez, Palgrave Macmillan, 43-65.
- HALLIN, D.; MANCINI, P. 2004. Comparing Media Systems. New York: Cambridge University Press, 343 p.
- HANITZSCH, T.; VOS, T. P. 2018. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. *Journalism*, 19(2):146-164.
- HANITZSCH, T.; VOS, T. P. 2017. Journalistic Roles and the Struggle Over Institutional Identity: The Discursive Constitution of Journalism. *Communication Theory*, 27(2):115-35.
- KINGSTONE, P.; POWER, T. (Eds.). 2017. *Democratic Brazil Divided*. 1.ed., Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 296 p.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. 2004 Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração editorial, 304 p.
- LEWIS, S. C. 2019. Journalism. *The International Encyclopedia of Journalism Studies*, Massachusetts, Wiley-Blackwell, 1-7.
- MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E.; SIEBRA, N. 2014. Jornalismo, assessoria de imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo. *Animus*, 13(25):146-166.
- MARTINS, T. 2020. Saiba quem são os apoiadores de Bolsonaro alvos da operação das fake news. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/27/interna_politica,858787/saiba-quem-sao-apoiadores-de-bolsonaro-alvos-da-operacao-das-fake-news.shtml. Acesso: 02/02/2021.
- MCCARGO, D. 2012. Partisan Polyvalence: Characterizing the Political Role of Asian Media. In: D. C. HALLIN; P. MANCINI (1.Ed), *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 201-223.
- MCQUAIL, D. Teorias da Comunicação de Massa. Porto Alegre: Penso, 2013.
- MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M.; HUMANES, M.; SPARK, C.; STEPINSKA, A.; PASTI, S.; SCHIELICKE, A.; TANDOC JR. E.; WANG, H., 2017. The Hybridization of Journalistic Cultures: A Comparative Study of Journalistic Role Performance. *Journal of Communication*, 67(6):944-967.
- MELLADO, C.; MOREIRA, S.; LAGOS, C.; HERNÁNDEZ, M. 2012. Comparing journalism cultures in Latin America: the case of Chile, Brazil and Mexico. *International Communication Gazette*, 4(1):60-77.
- MOREIRA, M.; SILVA, L. 2016. A ABI e a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros. *Universitas*, 13(1):25-30.
- NEVEU, É. 2006. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Ed. Loyola.
- O ESTADO DE S. PAULO. 2019. Bolsonaro usa declaração falsa para atacar imprensa. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-usa-declaracao-falsa-para-atacar-imprensa,70002750456>. Acesso: 21/02/2021.

- PARKS, P. 2020. The ultimate news value: Journalism textbooks, the US presidency, and the normalization of Donald Trump. *Journalism Studies*, 21(4):512-529.
- RIBEIRO, L. 2019. Bolsonaro acaba com obrigatoriedade de publicação de editais de concursos e licitações em jornais. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-acaba-com-obrigatoriedade-de-publicacao-de-editais-de-concursos-e-licitacoes-em-jornais,70003002747>. Acesso: 21/02/2021.
- RINCÓN, O. 2008. ¿La comunicación no tiene ideología? In: O. RINCÓN. (Ed.) *Los tele-presidentes: cerca del pueblo, lejos de la democracia*. 1.ed, Bogotá, Fes, p. 5-14.
- ROSAS-MORENO, T.C.; JOYCE, V.M.H. 2019. Latin and South American Journalism. In: T.P. VOS; F. HANUSCH; A. SEHL; D. DIMITRAKOPOULOU; M. GEERTSEMA-SLIGH (Eds). *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. 1. ed, New Jersey, John Wiley & Sons, p. 1-6
- ROXO, M.A. 2007. *Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 361 p.
- ROXO, M.A.; MELO, S. 2018. Hiperjornalismo: uma visada sobre fake news a partir da autoridade jornalística. *Famecos*, 25(3):1-19.
- SALDAÑA, M.; MOURÃO, R. 2018. Reporting in Latin America: Issues and Perspectives on Investigative Journalism in the Region. *The International Journal of Press/Politics*, 23(3):299-323.
- SCHENONI, L.; MAINWARING, S. 2018. Democracy is in crisis in Latin America. Brazil may be the next trouble spot. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/10/22/democracy-is-in-crisis-in-latin-america-brazil-may-be-the-next-trouble-spot/>. Acesso: 21/02/2021.
- TAJRA, A. 2020. Com covid-19, Bolsonaro se expôs e colocou saúde em risco, dizem médicos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/07/bolsonaro-deveria-se-isolar-e-colocou-saude-em-risco-dizem-medicos.htm>. Acesso: 02/02/2021.
- TORRES, B. 2019. Palestra de Glenn Greenwald em Paraty é recebida com protesto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/palestra-de-glenn-greenwald-em-paraty-recebida-com-protesto-23804308>. Acesso: 21/10/2020.
- VEJA. 2020. Bolsonaro fala em “histeria”, repreende governadores e critica imprensa. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-critica-imprensa-fala-em-histeria-e-reprende-governadores/>. Acesso: 07/02/2021.
- VOS, T. P.; CRAFT, S. 2017. The discursive construction of journalistic transparency. *Journalism Studies*, 18(2):1505-1522.
- WAISBORD, S. 2020. Mob Censorship: Online Harassment of US Journalists in Times of Digital Hate and Populism. *Digital Journalism*, 8(8):1030-1046.
- WAISBORD, S. 2000. Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy. Columbia University Press.
- WAISBORD, S.; & AMADO, A. 2017. Populist communication by digital means. *Information, Communication & Society*, 20(9): 1330-1346.
- ZELIZER, B. 1990. Achieving journalistic authority through narrative. *Critical Studies in Media Communication*, 7(4):366-376.
- ZELIZER, B. 1993. Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(3):219-237.